






**FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA**

**PROCESSO N.º E- 2026/2259178**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º \_\_\_\_\_**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_ CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

| RESUMO  |  |
|---|--|
|    | <b>Contratante</b><br><b>FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA</b>   Direito Público, Entidade da Administração Pública Indireta<br>CNPJ n.º 22.980.973/0001-77   |
|    | <b>Contratado</b><br>CNPJ n.º  |
|  | <b>Objeto</b><br>Aquisição EMERGENCIAL de BOLSAS COLETORAS DESCARTÁVEIS DE SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO E EQUIPAMENTOS DE ASPIRAÇÃO EM COMODATO, descartáveis, destinados ao suporte das unidades críticas, semicríticas e ambulatoriais da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).  |
|  | <b>Da entrega</b><br><b>Modo:</b> O bem deve ser entregue de forma única, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da nota de empenho.<br><br><b>Local:</b> A entrega deve obedecer ao local descrito no Empenho, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no horário das 8:00hs às 16:00hs, conforme:<br>• Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)/Serviço de Farmácia Hospitalar (SEFAR), situado na Tv. Alferes Costa nº 2.000 – Bairro Pedreira – CEP 66083-106 – Belém/Pará. Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FHCGV. A entrega deverá ser agendada através do e-mail pps@gasparvianna.pa.gov.br.<br>OU<br>• Centro de Distribuição RV ÍMOLA situado na Rod. BR 316, km 05, s/n – margem direita (Ananindeua-Belém) – CEP: 67015-220 – Bairro: Levilândia-Ananindeua/Pará. Complexo de galpões CARISMA – GALPÃO 15; a entrega deverá ser agendada através do e-mail agendamento.sespa@rvimola.com.br |
|  | <b>Valor</b><br>R\$<br><br><b>Reajuste</b><br>Índice: <input type="checkbox"/> IPCA <input type="checkbox"/> INPC <input type="checkbox"/> INCC <input checked="" type="checkbox"/> IGPM<br><br>Período: a cada <b>12 meses</b> , a contar de <b>04/05/2026</b> .  |

### Pagamento

Forma: Ordem bancária, BANPARÁ, caso a empresa vencedora não possua conta BANPARÁ a mesma deverá providenciar a abertura de conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, nos termos do Decreto Estadual nº 877/2008, para o recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

Prazo: **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal com o comprovante de regularidade fiscal da contratada, provada pela consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado ou pela apresentação documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consulta aos sistemas oficiais.



### Fiscalização

Fiscal Titular: ÚRSULA MARA MOREIRA DA SILVA ARAÚJO – matrícula nº 55590267/1.

Fiscal Suplente: JAIME CRUZ SANTOS NETO – matrícula 57219938/1.



### Vigência

Prazo: 30 (trinta) meses.

Início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Término: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

### CLÁUSULA 1

#### Partes

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

**FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA**, entidade pertencente ao Governo do Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº **22.980.973/0001-77**, estabelecida a Trav. Alferes Costa, n.º 2.000, nesta capital, neste ato representada pelo Sra. Diretora Presidente Dra. **ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA**, inscrito no CPF/MF sob o nº **294.930.052-91**, portadora do RG nº **4892353 SSP/PA**, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, designado pelo Decreto Governamental datado de 07 de abril de 2026, publicado no **DOE PARÁ n.º 36.588 de 08 de abril de 2026**, doravante denominada FPEHCGV.

CONTRATADO

### CLÁUSULA 2

### Fundamento legal

2.1. O presente contrato é oriundo da DISPENSA DE LICITAÇÃO ELTRÔNICA N° \_\_\_\_\_, constante no PAE nº **2026/2259178** e observará a Lei Federal n.º 14.133/21 e Decreto Estadual nº 2.787, de 29 de novembro de 2022.

### CLÁUSULA 3

#### Objeto

**3.1.** Aquisição EMERGENCIAL de BOLSAS COLETORAS DESCARTÁVEIS DE SISTEMA FECHADO DE ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO E EQUIPAMENTOS DE ASPIRAÇÃO EM COMODATO, descartáveis, destinados ao suporte das unidades críticas, semicríticas e ambulatoriais da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).

**3.2.** Este instrumento se vincula ao ato que autorizou esta contratação, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos;

**3.3.** Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | CÓDIGO SIMAS | UND | QUANT | MARCA | VALOR UNIT | VALOR GLOBAL |
|------|------|---|--------------|-----|-------|-------|------------|--------------|
| 1    | 1    | Bolsa coletora, em polietileno, descartável, 1 litro: “sistema fechado”, para armazenagem e descarte de pequenos volumes de secreção (até 1 litro), em formato de “sacola” no tamanho 14,00 x 18,50 cm, dobrável, confeccionada e, polietileno, com válvula unidirecional(fluxo único) e válvula anti-transbordamento, que impede o retorno da secreção para a rede de vácuo, acompanhada de extensão estéril em PVC descartável de 2 m com obliterador e saco de lixo infectante vermelho, para a segregação e transporte da bolsa, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA . | 180809-5     | UND | 1.100 |       |            |              |
|      |      | Bolsa coletora, em polietileno, descartável, 2 litros: “sistema fechado”, para armazenagem e descarte de grandes volumes de secreção (até 2   |              |     |       |       |            |              |

|                     |   |          |     |       |  |  |  |
|---------------------|---|----------|-----|-------|--|--|--|
| 2                   | litros), em formato de “sacola” no tamanho 11,00 x 21,00 x14,50 cm, confeccionada em polietileno, sem válvula anti transbordamento, para utilização em dispositivo que permita a formação de circuito integrado de 4(quatro) bolsas, acompanhada de extensão estéril em PVC descartável de 3 m com clamp e saco de lixo infectante vermelho, para a segregação e transporte da bolsa, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA .  | 180810-9 | UND | 1.300 |  |  |  |
| 3                   | Bolsa coletora, em polietileno, descartável, 2 litros: “sistema fechado”, para armazenagem e descarte de grandes volumes de secreção (até 2 litros), em formato de “sacola” no tamanho 11,00 x 21,00 x14,50 cm, dobrável, confeccionada e, polietileno, com válvula anti-transbordamento, que impede o retorno da secreção para a rede de vácuo, para utilização em dispositivo que permita a formação de circuito integrado de 4(quatro) bolsas, acompanhada de saco de lixo infectante vermelho, para a segregação e transporte da bolsa, conforme item 5.4.1 da RDC 306 da ANVISA. | 18010-9  | UND | 350   |  |  |  |
| <b>VALOR GLOBAL</b> |   |          |     |       |  |  |  |

#### CLÁUSULA 4

##### Local e Hora da Entrega dos Itens

**4.1.** O bem deve ser entregue de forma única, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da nota de empenho.

**4.2.** A entrega deve obedecer ao local descrito no Empenho, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no horário das 8:00hs às 16:00hs, conforme:

- Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)/Serviço de Farmácia Hospitalar (SEFAR), situado na Tv. Alferes Costa nº 2.000 – Bairro Pedreira – CEP 66083-106 – Belém/Pará. Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FHCGV. A entrega deverá ser agendada através do e-mail [pps@gasparvianna.pa.gov.br](mailto:pps@gasparvianna.pa.gov.br).

OU

- Centro de Distribuição RV ÍMOLA situado na Rod. BR 316, km 05, s/n – margem direita (Ananindeua-Belém) – CEP: 67015-220 – Bairro: Levilândia-Ananindeua/Pará. Complexo de galpões CARISMA – GALPÃO 15; a entrega deverá ser agendada através do e-mail [agendamento.sespa@rvimola.com.br](mailto:agendamento.sespa@rvimola.com.br)

**4.3.** Das condições de entrega:

**4.3.1.** Os produtos devem estar em suas embalagens originais, devidamente identificados, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto, umidade ou adequação do conteúdo, nas condições de temperatura especificadas no rótulo e com número do registro emitido pela ANVISA/MS. Deve constar ainda o nome e número do registro do responsável técnico. Devem estar rotulados com a informação "VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO".

**4.3.2.** Os produtos entregue deveram ser obrigatoriamente, conforme a marca registrada e vencedora deste edital.

**4.3.3.** As notas fiscais deverão ser em duas vias e ter descrito o nome da especificação técnica, relacionando a quantidade (em unidade) entregue por número do lote, que obrigatoriamente deverá corresponder ao produto entregue. Não serão aceitos mais de um lote por produto entregue.

**4.3.4.** Em anexo a Nota Fiscal, a empresa deve encaminhar as Certidões Negativas de Débitos, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS atualizadas.

**4.3.5.** Os produtos a serem adquiridos deverão ser entregues sem ônus de frete para a FPEHCGV, em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme a proposta apresentada e observando as especificações técnicas.

**4.3.6.** Os produtos devem ser transportados em veículos refrigerados ou em recipientes apropriados, que garantam a temperatura ideal, conforme estipulado pelo fabricante. Os veículos devem apresentarse higienizados, isentos de resíduos de alimentos e materiais para evitar contaminação dos produtos transportados.

**4.3.7.** Os funcionários das firmas responsáveis pelas entregas deverão apresentar-se em número suficiente para descarga das mercadorias.

#### CLÁUSULA 5

##### **Preço**

O valor global do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* nesse preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

#### CLÁUSULA 6

##### **Dotação orçamentária**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

|                                |                  |
|--------------------------------|------------------|
| <b>Funcional Programática:</b> | 10.302.1507.8288 |
|--------------------------------|------------------|

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| <b>Natureza da Despesa:</b> | 339030   |
| <b>Fonte de Recursos:</b>   | 01659000061,01659000069,01500100203 , 01500000001, 01601000049, e suas respec vas subfontes e superavits |
| <b>Plano Interno:</b>       | 1020008288C  |

#### CLÁUSULA 7.

##### Reajuste

- 7.1. O contrato será reajustado pelo IGPM;
- 7.2. É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **04/05/2026** .
- 7.3. O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.
- 7.4. O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.
- 7.5. O reajuste será realizado por *simples apostila*.
- 7.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.7. Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.
- 7.8. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

#### CLÁUSULA 8

##### Pagamento

- 8.1. O pagamento será realizado em 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 8.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, em estrita consonância ao que dispõe o Decreto Estadual nº 877/2008, cujos dados são:

|                |         |
|----------------|---------|
| <b>Banco</b>   | BANPARÁ |
| <b>Agência</b> |         |
| <b>Conta</b>   |         |

- 8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.
- 8.4. Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.
- 8.5. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.
- 8.6. A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)

ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7.** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8.** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9.** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

**8.10.** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

**8.11.** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**8.12.** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13.** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14.** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

## CLÁUSULA 9

### Garantia de cumprimento contratual

O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

**9.2.** A garantia corresponderá a **1%** (um por cento) do valor atualizado do contrato.

**9.3.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

|                |          |
|----------------|----------|
| <b>Banco</b>   | BANPARÁ  |
| <b>Agência</b> | 0014     |
| <b>Conta</b>   | 180130-9 |

**9.4.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

**9.5.** No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

**9.6.** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **30 (trinta) dias úteis** a contar de sua notificação.

**9.7.** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

- 9.8. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.
- 9.9. Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.
- 9.10. A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de 12 (doze) meses, no mínimo.

## CLÁUSULA 10

### Obrigações das partes

#### 10.1. O CONTRATANTE tem a obrigação de:

10.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

10.1.2. Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução do objeto e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

10.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;

10.1.4. Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, solicitando a reexecução ou substituição do material defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

10.1.5. Estando os o material de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

10.1.6. A Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 deste Termo de Referência e demais cominações legais;

10.1.7. Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos objetos do contrato, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais; Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### 10.2. O CONTRATADO tem a obrigação de:

10.2.1. Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Licitante;

10.2.2. Executar os serviços e/ou entrega dos materiais conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;

10.2.3. Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência;

10.2.4. Permitir a fiscalização da entrega dos materiais, bem como, de sua qualidade, pela Fundação solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

10.2.5. Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas no momento do contrato;

10.2.6. Observar as normas e regulamentos relacionados com a entrega dos materiais;

10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.8. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

10.2.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à FPEHCGV ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

- 10.2.10.** Comunicar à FPEHCGV, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.11.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo, sem prévia autorização da FPEHCGV;
- 10.2.12.** Prestar esclarecimentos à FPEHCGV sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 10.2.13.** Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;
- 10.2.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FPEHCGV, cujas reclamações se obriga a atender;
- 10.2.15.** Qualquer dano causado ao patrimônio da FPEHCGV decorrente de culpa e/ou dolo do Contratado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, entrega de materiais, será ressarcido pelo Contratado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste Termo;
- 10.2.16.** Executar a entrega dos materiais conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas.

#### CLÁUSULA 11

##### Responsabilidade por danos

- 11.1.** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.
- 11.2.** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.
- 11.3.** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA 12

##### Infrações e sanções administrativas

- 12.1.** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

| INFRAÇÃO |  | PENALIDADE  |
|----------|--|---|
| 12.1.1.  | Dar causa à inexecução parcial do contrato.  | <b>Advertência*</b><br>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Impedimento de licitar e contratar”. |
| 12.1.2.  | Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. | <b>Impedimento de licitar e contratar*</b><br>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de                |
| 12.1.3.  | Dar causa à inexecução total do contrato.  |   |
| 12.1.4.  | Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.  |   |
| 12.1.5.  | Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.   |   |

|          |   |  |
|----------|---|--|
| 12.1.6.  | Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.   | <b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b> |
| 12.1.7.  | Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato. |  |
| 12.1.8.  | Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.  |  |
| 12.1.9.  | Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.   |  |
| 12.1.10. | Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.   |  |
| 12.1.11. | Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.  |  |

- 12.2.** O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 12.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- 12.4.** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

| MULTA   |   |
|---|---|
| Moratória   | Compensatória   |
| 12.4.1. <b>1%</b> (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de <b>30 dias corridos</b> .   | <b>30% (trinta por cento)</b> sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto. |
| 12.4.2. <b>0,5% (meio por cento)</b> sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de <b>30 (trinta) dias corridos</b> , pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. |   |

- 12.5.** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.
- 12.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.
- 12.7.** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- 12.8.** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.9.** A aplicação das sanções deve observar:
- 12.9.1. A natureza e gravidade da infração.
- 12.9.2. As peculiaridades do caso.

- 12.9.3. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- 12.9.4. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- 12.9.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.10.** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.
- 12.11.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.12.** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 12.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 13

#### Alterações do contrato

- 13.1.** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.2.** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.
- 13.3.** AS PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4.** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.
- 13.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 14

#### Extinção do contrato

- 14.1.** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.
- 14.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.
- 14.3.** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 14.4.** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

#### CLÁUSULA 15

##### **Fiscalização**

O cumprimento do contrato será fiscalizado de maneira titular pela servidora ÚRSULA MARA MOREIRA DA SILVA ARAÚJO (matrícula n° 55590267/1), e de maneira suplementar pelo servidor JAIME CRUZ SANTOS NETO (matrícula 57219938/1), em ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará.

#### CLÁUSULA 16

##### **Interpretação**

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal n° 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual n° 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

#### CLÁUSULA 17

##### **Tratamento adequado dos conflitos de interesse**

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual n° 121/19.

#### CLÁUSULA 18

##### **Divulgação e publicação**

- 18.1. O CONTRATANTE divulgará este contrato no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.
- 18.2. Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA 19

##### **Vigência**

19.1. O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, sem possibilidade de prorrogação.

#### CLÁUSULA 20

##### **Foro**

20.1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), dd de mm de 2026.

**ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA**  
**DIRETOR PRESIDENTE DA FPEHCGV**  
CONTRATANTE

**REPRESENTANTE LEGAL**  
**EMPRESA**  
CONTRATADA



**CLAYTON BRASIL OLIVEIRA**  
***DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO***